

## Racismo e Povos Indígenas no Brasil: Uma Revisão de Escopo

Kathllen Kendra Rocha Silva<sup>1</sup>, Marcus Eugênio Oliveira Lima<sup>2</sup> e Patrícia da Silva<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, Brasil

<sup>2</sup> Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, Brasil

<sup>3</sup> Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil

**Submissão:** 10 mar. 2023.

**Aceite:** 29 jun. 2023.

**Editor de seção:** Daniel Kveller

### Nota dos autores

Kathllen K. R. Silva  <https://orcid.org/0009-0004-2197-1997>

Marcus E. O. Lima  <http://orcid.org/0000-0001-5280-130X>

Patrícia da Silva  <https://orcid.org/0000-0003-3435-7852>

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas a Kathllen Kendra Rocha Silva, Rua C, Conjunto Laudelino Freire, N° 209, Lagarto, SE, Brasil. CEP 49400000. Email: [kathllenkendrapsi@gmail.com](mailto:kathllenkendrapsi@gmail.com)

### Resumo

A interação social entre o “homem branco” e os povos indígenas ocorreu seguindo um padrão colonial racista, que continua reverberando atualmente. O processo de colonização inoculou o vírus racista nas células da nossa sociedade, com sucessivas mutações e se adaptando a novos contextos. Não obstante a flexibilidade e as persistências históricas do racismo contra os povos originários, esta é, ainda, uma temática pouco pesquisada no Brasil. Este trabalho apresenta uma revisão de escopo literário sobre o racismo contra povos indígenas. Especificamente, são identificadas as teorias que focam o fenômeno, analisando suas formas de expressão e verificando as possibilidades de investigação e intervenção sobre o tema. A busca na literatura foi feita nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, *American Psychological Association*, Biblioteca Virtual em Saúde, Periódicos Capes e SciELO, usando os termos “racismo and indígenas” ou “racismo and índios”. Foram localizados três Teses/Dissertações e sete artigos, sendo apenas um deles empírico. Os resultados encontrados indicam que o tema é pouco abordado e disperso; analisado por uma grande diversidade de áreas, que focam diferentes formas de expressão do racismo com pouco aprofundamento conceitual e empírico. Esta pesquisa se conclui salientando a necessidade de novos estudos, haja vista a demonstração da sua importância para que a ciência não reproduza atitudes racistas e de invisibilização contra os povos indígenas.

*Palavras-chave:* racismo, povos indígenas, Brasil, psicologia, colonialismo

### RACISM AND INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZIL: A SCOPE REVIEW

#### Abstract

The social interaction between the “white man” and indigenous peoples took place following a racist colonial pattern, which continues to reverberate today. The colonization process inoculated the cells of our society with the racist virus, which has undergone successive mutations and adapted to new situations. Despite the flexibility and historical persistence of racism against indigenous peoples, this is still a subject that has been little researched in Brazil. This work presents a review of the literary scope on racism against indigenous peoples. Specifically, the theories that focus on the phenomenon are identified, analyzing their forms of expression and verifying the possibilities of investigation and intervention on the subject. The literature search was carried out in the databases of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, *American Psychological Association*, *Virtual Health Library*, *Capes* and *SciELO* journals, using the terms “racismo and indígenas” or “racismo and índios”. A total of three Theses/Dissertations and seven Articles were found, with only one empirical article. The results indicate that the theme is little addressed and dispersed, that is, analyzed by a great diversity of areas, which focus on different forms of expression of racism with little conceptual and empirical depth. It concludes by emphasizing the need for further studies, given the demonstration of its importance so that science does not reproduce racist and invisibilization attitudes against indigenous peoples.

*Keyword:* racism, indigenous people, Brazil, psychology, colonialism

### RACISMO Y PUEBLOS INDÍGENAS EN BRASIL: UNA REVISIÓN DEL ALCANCE

#### Resumen

La interacción social entre el “hombre blanco” y los pueblos indígenas se llevó a cabo siguiendo un patrón colonial racista, que continúa repercutiendo en la actualidad. El proceso de colonización inoculó en las células de nuestra sociedad el virus racista, que ha sufrido sucesivas mutaciones y se ha adaptado a nuevas situaciones. A pesar de la flexibilidad y la persistencia histórica del racismo contra los pueblos originarios, este es todavía un tema poco investigado en Brasil. Este trabajo presenta una revisión del alcance literario sobre el racismo contra los pueblos indígenas. Especificamente, se identifican las teorías que enfocan el fenómeno, analizando sus formas de expresión y verificando las posibilidades de investigación e intervención sobre el tema. La búsqueda bibliográfica se realizó en las bases de datos de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, *Asociación Americana de Psicología*, *Biblioteca Virtual en Salud*, revistas *Capes* y *SciELO*, utilizando los términos “racismo e indígenas” o “racismo e índios”. Se encontraron un total de tres Tesis/Disertaciones y siete Artículos, con un solo artículo empírico. Los resultados encontrados indican que el tema es poco abordado y disperso, es decir, analizado por una gran diversidad de

áreas, que se enfocan en diferentes formas de expresión del racismo con poca profundidad conceptual y empírica. Concluye enfatizando la necesidad de profundizar en los estudios, dada la demostración de su importancia para que la ciencia no reproduzca actitudes racistas e de invisibilidad contra los pueblos indígenas.

*Palabras-clave:* racismo, pueblos indígenas, Brasil, psicología, colonialismo

A temática do racismo é recorrente nos estudos acadêmicos internacionais. Quando levado à seara das interações sociais no Brasil, esse fenômeno toma formas e caracteres específicos. O processo de colonização foi inoculando, ao longo do tempo, o vírus racista nas células da sociedade brasileira. Tal aspecto é tão presente que influencia o interesse da ciência nacional pelo tema. Análises bibliométricas evidenciam que há relativamente pouca produção científica sobre o tema do racismo contra povos indígenas, sendo mais evidente a publicação de materiais relacionados à luta antirracista da população negra. Abre-se então um parêntese para o seguinte questionamento: como se expressa o racismo contra outros grupos na sociedade brasileira e quais são esses grupos vitimizados?

Antes de respondê-lo, porém, é preciso definir o racismo. Como referido, trata-se de um fenômeno histórico que acompanha as relações dos conflitos sociais desde a Antiguidade, configurando-se à semelhança de um vírus, o que lhe permite adaptar-se constantemente a novos contextos e tomar novas formas, menos sancionadas socialmente (Lima, 2023). Essa maleabilidade e adaptabilidade do racismo torna sua conceituação uma tarefa complexa. Diversas formas de concebê-lo são encontradas, referindo-o como estrutura (Almeida, 2019), como elemento multidimensional da constituição da estrutura de classes sociais (Souza, 2021), como ideologia, mito legitimador, prática e ação social de opressão ou, ainda, como representação social essencializante da diferença entre grupos (Lima, 2020).

Neste texto será adotada a conceituação de Lima e Vala (2004), que definem o racismo como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou um grupo social, que é reconhecido como diferente, baseando-se em características físicas – reais ou imaginárias – que são ressignificadas como marcas culturais internas definindo modelos de comportamento. Tal definição integra a perspectiva de “articulação dos dois Ps”: Racismo = Preconceito + Poder. O racismo é, portanto, concebido como uma ação para manter privilégios e dominação social (poder) e consubstanciado por imagens e atitudes negativas sobre o outro (preconceito) (Lima, 2020).

Michel Wieviorka (1995) propõe que existem quatro níveis de manifestação do racismo, variando do mais individual até o cultural e institucional. No nível mais individual, localiza-se o infrarracismo e o racismo fragmentado: o primeiro está mais nas emoções e pensamentos individuais, inconscientes na maioria das vezes, não chegando às vias de ação; o segundo é expresso de forma mais aberta, podendo ser medido. No nível cultural, encontra-se o racismo político, em que a cultura racista passa a ser estruturada, construindo um espaço ideológico. Por fim, no institucional, ocorre o “racismo total”, quando o Estado ou a sociedade tem sua organização definida em termos racistas, suas instituições reproduzem explicitamente o racismo – a exemplo do Apartheid da África do Sul.

Com definição adotada, retoma-se a questão inicial: percebe-se que a problemática do racismo pode afetar de forma muito violenta diversos grupos sociais, incluindo os povos indígenas. Historicamente, a interação social entre o homem branco e os povos indígenas no território brasileiro ocorreu seguindo o padrão colonial racista, o qual continua a reverberar. No âmbito das

lutas pela (re)democratização e com a ampliação dos movimentos sociais na década de 1970, criou-se um movimento político-indígena, apoiado por organizações não governamentais, que tinha por objetivo o reconhecimento dos direitos dos povos originários (Cunha, 1992). Apesar da conquista de alguns direitos, atualmente esses povos permanecem sendo vítimas de ataques diários à sua integridade e identidade.

Essa virada histórica marcou a entrada dos povos originários nas pautas dos debates sociais, alcançando o contexto acadêmico. Nos últimos anos, diversas denúncias de violências contra os povos indígenas vieram a público, principalmente devido ao garimpo ilegal em suas terras. Ataques diretos às aldeias e aos indígenas, como também as consequências perversas de desmatamento e da contaminação dos recursos naturais, culminaram recentemente com a entrada de mais de 20 mil garimpeiros em uma área demarcada constitucionalmente, o que gerou uma crise humanitária do povo yanomami, com casos de mortes por desnutrição, malária e doenças respiratórias (Maes, 2023).

O contexto atual brasileiro desencadeia os seguintes questionamentos: existe racismo contra os povos indígenas? Quando e como se inicia? De que forma se expressa? Quanto está naturalizado e sancionado socialmente? Há estudos que analisam esse fenômeno? O que há de delimitado sobre o tema até a atualidade? Quais as ausências teóricas e metodológicas para compreensão dessa temática? Essas perguntas delimitam o escopo deste texto. Analisando algumas das formas de violência às quais os povos indígenas são acometidos, o racismo aparece como válida hipótese explicativa.

Em síntese, este trabalho apresenta uma revisão da temática a fim de analisar a realidade dos povos indígenas na sociedade brasileira sob essa condição. Mais especificamente, examina-se parte da literatura acerca desta pauta, de modo a identificar as teorias que estudam o fenômeno, analisar possíveis interseções e algumas das formas com as quais o racismo se expressa, além de verificar outras possibilidades de pesquisa sobre o tema.

Tratando-se de matéria contemporânea, a presente análise se propõe a contribuir como veículo de mobilização e debate, bem como instrumento que – ao detalhar o quadro atual de publicações sobre o assunto nas diversas áreas dos saberes – possibilita pensar em novas propostas de direcionamentos para futuros estudos, diante das potencialidades e limitações que se apresentaram. Para tanto, procedeu-se a uma revisão de escopo que, segundo Ferreira et al. (2021), tem como objetivo mapear o estado da arte sobre um tema delimitado, descrevendo os achados, usando metodologia rigorosa e reproduzível, sem, contudo, ter como finalidade compilar ou avaliar criticamente a qualidade da evidência encontrada.

## Método

### As bases de dados

Realizou-se a pesquisa em abril de 2021 nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações [BDTD], *American Psychological Association* [APA PsycInfo], Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil [BVS-Psi], Periódicos Capes e SciELO

## Procedimentos

### ***Crítérios de elegibilidade***

No que se refere ao método de filtragem dos artigos, alguns critérios de elegibilidade foram delimitados antes do início do processo de coleta. Foram eles: os materiais deveriam possuir os termos “racismo and indígenas” ou “racismo and índios” no título ou resumo dos arquivos; – a ausência de um desses ensejou a remoção do material; apenas artigos de periódicos revisados por pares foram incluídos no material; e publicações que tratassem da temática do racismo contra povos indígenas, especificamente na realidade brasileira. Também foram excluídos itens repetidos, incompletos ou indisponíveis para o acesso.

### ***Coleta e materiais***

Diante do objetivo norteador, foram usadas, em todas as plataformas, as linhas de comando booleano “AND”, e as palavras descritoras “racismo *and* indígenas” e “racismo *and* índios”, respeitando ter ambos os termos no título ou no resumo como um dos critérios de elegibilidade. Efetuaram-se (também em todas as plataformas) quatro buscas, em que duas das vezes – inicialmente – usou-se cada uma das linhas de comando para verificar os termos no título; posteriormente, utilizou-se no resumo para não perder nenhum possível material.

Devido a problemas no servidor do *site* SciELO, o procedimento de busca aconteceu em dois dias: o primeiro, em 8 de abril de 2021 – quando a maior parte dos dados foram coletados – e o segundo no dia 13 do mesmo mês. Para verificar o índice de confluência dos materiais recuperados, a pesquisa realizou-se simultaneamente por duas juízas independentes. Considerando a hipótese de escassez de material, não foram especificados períodos, áreas ou idioma no processo de coleta. Durante a elaboração desse mecanismo, fez-se uso de um gestor bibliográfico eletrônico (Zotero),<sup>1</sup> que auxiliou na separação dos arquivos. Em seguida, foram feitos alguns processos de filtragem para seleção dos materiais.

Inicialmente verificaram-se os critérios de elegibilidade: 1) Termos citados no título/resumo dos arquivos e 2) Artigos de periódicos revisados por pares. Os arquivos enquadrados nos critérios citados foram separados em uma pasta para leitura aprofundada. Foram excluídos os materiais que não possibilitaram o acesso gratuito ao texto completo. Em seguida, efetuou-se uma segunda filtragem mais profunda, a partir da qual se realizou a análise inicial dos resumos dos materiais. As publicações que não apresentavam resumos ou clareza dos objetivos foram lidas de modo integral para definição. Nessa etapa, avaliou-se o critério de elegibilidade “3”: estar enquadrado na temática do racismo contra povos indígenas na realidade do Brasil. Por fim, o material restante foi submetido a fichamento das ideias principais, bem como a uma leitura minuciosa e completa.

---

1 O Zotero é um gestor bibliográfico que permite armazenar, organizar, citar e compartilhar referências bibliográficas.

## Resultados

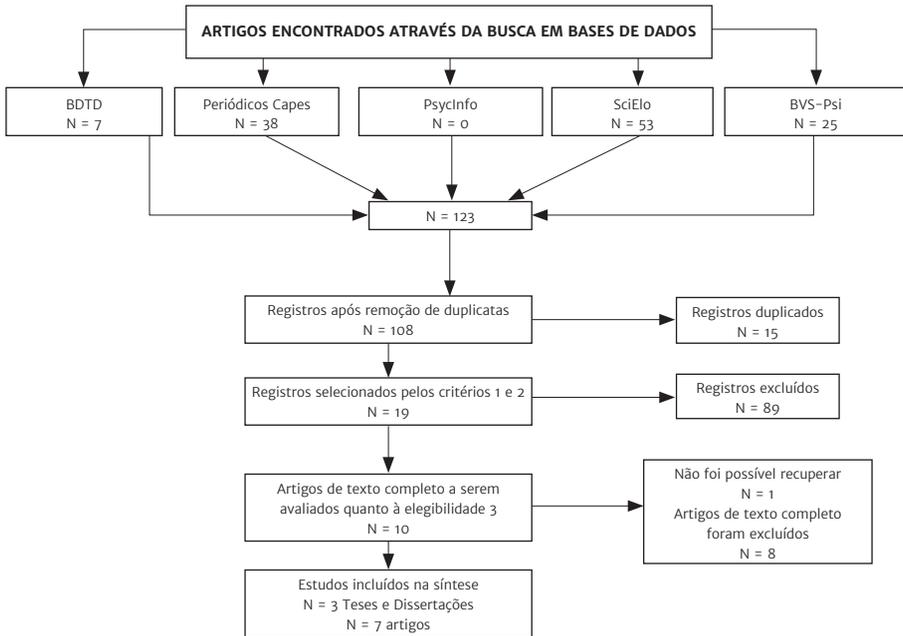
Constatou-se, primeiramente, o baixo número de publicações sobre racismo contra povos indígenas no Brasil. Depois, como a produção é dispersa, não se verificou grandes quantidades de materiais concentrados em uma única área específica, e boa parte da produção está em outros idiomas. Enfim, uma pequena quantidade de materiais enquadrou-se na temática proposta nesta revisão de escopo. Com efeito, na coleta de dados através da plataforma de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), alcançou-se o resultado de sete documentos, localizados – no momento de executar as leituras dos resumos – sob o critério de elegibilidade 1 (termos no título e resumo). Três contemplaram o critério 3 (temática do racismo contra povos indígenas no Brasil), e três foram excluídas por não se enquadrarem.

Na plataforma dos Periódicos Capes, encontraram-se 38 textos, que também apresentavam os termos no título ou resumo. Entre eles, apenas 30 contemplaram o critério 2 (ser revisado por pares), 23 foram excluídos por não cumprirem a integralidade dos critérios de elegibilidade e quatro foram repetidos; apenas três foram selecionados. Por sua vez, as pesquisas realizadas no APA PsycInfo não retornaram resultados. A Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi) ofereceu 25 materiais, mas 18 não se enquadraram em nenhum dos critérios. Dois dos arquivos eram repetidos e um dos materiais não possibilitou o *download* para leitura, restando, assim, quatro trabalhos elegíveis para esta revisão.

Por fim, no segundo dia de coleta, em função dos problemas de acesso apresentados na base de dados do *site* SciELO, alcançou-se o total de 53 arquivos enquadrados no critério 1; 45 materiais foram excluídos por não atenderem aos critérios 2 e 3; e quatro arquivos continham repetições, restando quatro documentos.

**Figura 1**

Processo de seleção de estudos sobre racismo contra povos indígenas no Brasil de acordo com o diagrama de fluxo de informação de metodologia PRISMA



Fonte: elaborada pelos autores.

Ao fim da coleta, reuniu-se um total de duas dissertações e uma tese, ambas enquadradas nos critérios, além de sete artigos. Iniciou-se, então, o processo de leitura aprofundada dos materiais. Concomitantemente, elaborou-se um fichamento de cada um dos textos selecionados, com anotações dos pontos-chave das obras, seguido do preenchimento de uma ficha de checagem de tópicos em que se coletaram dados das obras (autores, idioma, área do conhecimento, revista de publicação, ano). Cabe destacar que cada uma dessas informações foi catalogada para serem descritas nesta revisão de escopo (ver tabelas 1 e 2).

Foram detectadas produções apenas durante o período compreendido entre 2010 e 2020. Nas tabelas 1 e 2, nota-se que as poucas publicações se distribuem em diversas áreas de estudo, denotando um interesse muito recente e disperso sobre o tema do racismo contra povos indígenas, uma vez que a publicação mais antiga encontrada data de 2010. Outro dado levantado se refere ao local das publicações. Percebeu-se que o maior percentual de produções é originário de países latino-americanos, especificamente o México, Peru, Argentina, Colômbia e Guatemala. Tal predominância pôde ser justificada pelo maior impacto etnográfico dos povos originários nessas regiões, que também vivenciam a realidade do racismo. Verificou-se uma escassez de produções brasileiras sobre a temática do racismo diretamente relacionadas aos

povos originários. Talvez tal escassez decorra também da invisibilização dos povos indígenas na constituição do *ethos* nacional (Jesus, 2011).

A partir da leitura detalhada dos materiais, observou-se que embora alguns textos apresentassem os termos “racismo e indígenas” e “racismo e índios”, no corpo textual não havia referência da problemática relacionada aos povos indígenas; tais produções também foram excluídas por não se enquadrarem na proposta desta revisão. Outro dado relevante é o de que as obras que formaram o *corpus* foram quase todas teóricas, apenas uma dissertação de mestrado trazia dados de uma pesquisa empírica.

Constata-se também uma grande lacuna de obras acerca da população indígena urbana. Apenas um dos textos refere o fenômeno, os demais retratam povos que ainda viviam em seu território ancestral ou terras demarcadas constitucionalmente, com os artigos promulgados na Constituição de 1988. Cabe destacar que, dentre os mais de 305 povos indígenas, que totalizam 896.917 pessoas, mais de 300 mil vivem em cidades (IBGE, 2010)<sup>2</sup>. Tal invisibilização de mais de 30% das formas de vida indígenas por parte da ciência reflete a operação do racismo nos níveis cultural e individual.

Historicamente, a ciência constituiu-se como instituição e, como as demais instituições, ela se estrutura com base nas construções simbólicas de cada sociedade. No contexto brasileiro, em que o ideal colonial é a base da sua formação, o vírus do racismo perpassa suas produções (Cardoso & Coimbra, 2019; Lima, 2020). Dessa forma, pensando na divisão de níveis de expressão do racismo descritas por Lima (2020), nos níveis individual e cultural, verifica-se que a maior parte das obras tem foco apenas nos indígenas em territórios ancestrais, sendo pouco falado dos indígenas urbanos. Em uma cultura racista, que marca o território brasileiro, predeterminando espaços sociais de mobilidade para cada um dos sujeitos e produzindo estereótipos negativos. A ausência dessas obras, retroalimenta imaginários de essencialização desses povos, em lugares distantes, podendo chegar à sua declaração de “inexistência”.

Das publicações analisadas, apenas duas apresentam em seu corpo de autores pessoas autodeclaradas indígenas, discorrendo sobre as próprias problemáticas. A exemplo: “Minha vida como estudante no mundo dos brancos”, texto de Nelly Duarte, e “Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas” em seu corpo de autores está Ailton Krenak e Taquary Pataxó, além de apresentar passagem de fala de indígenas no corpo do texto. Esses níveis de atuação do racismo dentro da ciência replicam ações expressas do racismo, catalogadas a seguir, como o epistemicídio, que institucionaliza determinados grupos como incapacitados intelectualmente, despotencializando suas produções como menos científicas ou ainda demarcados acessos institucionais apenas para os grupos privilegiados (Cardoso & Coimbra, 2019).

---

2 [https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos\\_s%C3%A3o%3F#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20IBGE%202010,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%ADs](https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20IBGE%202010,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%ADs)

## Discussão

Diante dos dados expostos, para sistematização das análises, os materiais foram agrupados em duas categorias temáticas, sendo a primeira a dos *Contextos de estudo do racismo*, referente a quais conjunturas ou sociedades foram considerados nos estudos; a segunda nomeada de *Formas de expressões do racismo*, concernente às práticas racistas descritas em cada publicação. Antes de descrever a composição das categorias, procedeu-se uma síntese dos conceitos e tipos de racismos analisados nas obras que integram a presente revisão. Gomes et al. (2020), seguindo a conceituação de racismo estrutural de Silvio de Almeida (2019), concebem o racismo como:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Gomes et al., 2020, p. 319).

Cardoso e Coimbra (2019), em seu artigo “Banzeirar: fazendo ribeirinhar certas práticas ditas de cuidado”, adotam o conceito de racismo institucional, definindo-o como sistemas e instituições – públicas e/ou privadas – que agem de formas distintas em relação aos grupos etnoraciais, beneficiando uns e prejudicando outros, baseado em códigos sociais que foram definidos e ideais compartilhados. Outro tipo identificado foi o racismo ambiental. Rabelo (2010) o traduz como um tipo de violência que ocorre para além da cor da pele, isto porque diferentes populações vulnerabilizadas economicamente sofrem preconceitos, são tratadas como não cidadãos e objetificadas como utilizáveis/descartáveis; sendo consideradas, nos seus ambientes, um obstáculo pelo capital e para os desenvolvimentos de projetos de “interesse do Estado”. Essa problemática afeta não apenas os povos indígenas como também as populações ribeirinhas.

Todos esses conceitos e tipos de racismo expressam a multidimensionalidade do fenômeno. Nos materiais selecionados, o racismo foi analisado em cenários distintos. Praticamente cada texto focalizou o racismo em um Estado brasileiro específico, bem como em comunidades diretamente afetadas. Não obstante as especificidades locais e individuais de cada grupo étnico indígena, a imersão na realidade social com a qual os povos indígenas se deparam ofereceu aspectos que indicam certa generalidade do fenômeno em cada estudo. De modo geral, a literatura que compõe o material analisado ressalta que o racismo contra povos originários é produto do colonialismo do passado, que se perpetua no presente, como fica nítido nesta passagem:

Com o racismo institucional como raiz determinante na estruturação do país, certos códigos sociais foram bem delimitados, lugares hierárquicos foram postulados e ideais introjetados. [...] Para ser tratado como igual o imperativo era tornar-se branco e ter comportamento de branco (Cardoso & Coimbra, 2019, p. 186).

A ideologia do branqueamento também é discutida no texto supracitado, quando se faz referência que os ideais de branquidade para os negros eram mais distantes do que para os indígenas, para os quais ocorreria um branqueamento mais rápido devido à pigmentação mais clara.

Tal projeto foi substituído pelo estereótipo de que os indígenas eram “preguiçosos demais para serem civilizados”. Surgem então políticas separatistas mais abertas: de extermínio físico pela espada ou de extermínio simbólico com a eliminação de seus saberes e modos de vida (Cardoso & Coimbra, 2019).

Segundo Milanez et al. (2019), as dificuldades com que os povos originários se deparam na atualidade têm correlação direta com a escravidão que não ficou no passado nem foi coibida, apenas negada, podendo ser localizada – por exemplo – na exploração desses povos em fronteiras agrícolas. Todos esses aspectos evidenciam como o racismo historicamente esteve e está presente e como ele estrutura a sociedade brasileira até os dias atuais (Souza, 2021). Para estender mais a compreensão desse aspecto, segue-se a análise da primeira categoria temática: contextos de estudo do racismo.

### **Contextos de estudo do racismo**

As dez obras localizadas nesta revisão se subdividem em seis áreas de estudo do racismo: o conflito territorial e racismo contra povos indígenas, o racismo nas mídias, o racismo e a Psicologia, a negação do racismo, o Estado racista e um relato de vida. A primeira área de estudo se refere aos conflitos territoriais que são vivenciados por povos indígenas e sua relação com o racismo. A primeira obra enquadrada se intitula "Massacre e resistência: kaiowá e guarani: interrogações às psicologias nos traçados do intolerável", ela se debruça sobre os conflitos das etnias kaiowá e guarani, no Estado do Mato Grosso do Sul, com a população não indígena da região, fazendo emergir o debate sobre as noções foucaultianas do biopoder:

O derramamento de sangue, sem ressonâncias que acarretem ações capazes de alterar esse quadro, só pode ser analisado em meio ao racismo de uma sociedade que deixa morrer, mata e não faz viver os que considera menos, os que classifica como não civilizados, normalizados e que são tachados de inferiores pelos que se denominam superiores e melhores – prática racista, guerra das raças, biopoder (Lemos & Galindo, 2013, p. 982).

Nesse mesmo contexto analítico, Rabelo (2010), em “Conflitos ambientais gerados pelo racismo ambiental no processo de implantação do Conselho Gestor da Rebio Serra Negra em Terras Indígenas, PE”, adota uma perspectiva socioambiental, para analisar os conflitos experienciados pelos povos pipipã e kambiawá, no processo de elaboração do Conselho Gestor da Reserva Biológica da Serra Negra em Pernambuco. O autor representa os conflitos ambientais que colocam em primeiro plano nos debates a questão das terras indígenas nas políticas de preservação da biodiversidade, reforçando a importância ambiental e sociocultural das terras indígenas habitadas por povos que têm um manejo de áreas de preservação florestal com grande biodiversidade.

O segundo contexto se refere ao racismo nas mídias, a primeira obra analisada é uma dissertação de mestrado da área de língua portuguesa, intitulada “A questão indígena Raposa/

Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo”, escrita por Elisangela Dias Barbosa (2010). A autora fundamenta-se nos Estudos Críticos do Discurso, seguindo o pensamento de Teun A. Van Dijk (2008); as reflexões sobre estereótipos no contexto midiático de Walter Lippmann (1922/2008) e a teoria de Patrick Charaudeau (2007) para discorrer sobre a questão indígena na mídia escrita do Estado de Roraima (Barbosa, 2010). Na sua tese de doutorado na área de sociologia, intitulada “História, memória e exclusão: os xavantes e as políticas nacionais de desenvolvimento em Nova Xavantina – MT”, Natália Araújo de Oliveira (2017) estuda a memória e a história de Nova Xavantina – MT, e os discursos segregacionistas contra os povos indígenas, como instrumento de justificação de discursos racistas reproduzidos na cidade.

Dos textos selecionados, dois focam o tema racismo e psicologia, seguindo direcionamentos diferentes. O primeiro é uma dissertação de mestrado na área de psicologia (“Atitude étnico racial de universitários em relação a indígenas: contribuições da análise do comportamento”, de Rivail Farias Santana (2020). O autor propõe, no único estudo empírico encontrado nesta revisão de escopo, um experimento social. O estudo foi realizado com estudantes universitários brancos e negros, com idades de 18 a 20 anos, de forma individual, utilizando o *Implicit Relational Assesment Procedure* [IRAP], um software que avalia a relação entre estímulos, e o *matching-to-sample* (emparelhamento com o modelo ou simplesmente MTS), procedimento para gerar discriminações condicionais (Santana, 2020). Dos 16 participantes, três apresentaram um viés racial negativo em relação às figuras indígenas. Apenas um participante apresentou uma possível reversão do viés racial após o uso do MTS. O autor discute seus resultados apontando as limitações da pesquisa em termos de participantes com uma amostra pequena, podendo haver resultados diferentes quando aplicado à população em geral. O segundo material inserido nessa categoria foi o artigo de Cardoso e Coimbra (2010), “Banzeirar: fazendo ribeirinhar certas práticas ditas de cuidado”, que problematiza as práticas da psicologia, ditas de cuidado, mas que são estruturadas em lógicas repressoras, controladoras e punitivas. Propondo pensar em práticas que fossem contra-hegemônicas, necessitou-se assumir que as bases da psicologia foram fundamentadas no racismo que autorizava o genocídio de determinadas populações.

No âmbito da negação do racismo, tem-se a obra “Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas”, de Milanez et al. (2019), produzida a partir do encontro entre intelectuais, artistas e lideranças indígenas, que objetivou a discussão do racismo. A obra apresentou a invisibilização ou silenciamento do racismo contra povos indígenas no Brasil, produto da negação desse fenômeno. Para os autores, tornou-se evidente que o termo racismo é contestado quando aplicado aos povos indígenas, mesmo que historicamente esses povos sejam marcados pelo tratamento desumanizador, desvalorização da sua cultura e desqualificados como selvagens; sendo obrigados a anularem ou omitirem seus costumes para atender aos costumes “cristãos/civilizados” (Milanez et al., 2019).

Quanto aos materiais que analisaram o Estado racista, compostos pelas obras “O Brasil é um Estado racista? Dois ou três apontamentos e algumas definições”, de Junior e Passos (2014), e “Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais”, de Gomes

et al. (2020). Ambos analisam a problemática racial e sua relação histórica no território brasileiro. Junior e Passos (2014), fundamentando-se nas teorias de Giorgio Agamben e Hannah Arendt, entendem que, quando o Estado brasileiro usa da violência contra os povos indígenas, permitindo-a no sentido de omissão, esse tem sua legitimidade questionada, pois se afasta de um regime democrático, aproximando-se de uma ideologia totalitarista que nega o outro e apoia sua eliminação e anulação da sociedade. Os autores afirmaram que foi por meio dessa violência que a Europa alcançou o posto de centro do mundo, ao elaborar um padrão desenvolvimentista, que foi copiado por países latino-americanos, tais como o Brasil, tornando-se ao mesmo tempo colonizado e colonizador (Junior & Passos, 2014). Gomes et al. (2020), por sua vez, revisitam o passado de exploração e discriminação vivenciadas pelos povos indígenas, o que permite a identificação da forma como a noção de raça serviu para separar os grupos socialmente excluídos e fortemente subalternizados. Os autores evidenciaram como o racismo estrutural ainda define as políticas públicas e o acesso aos direitos humanos na sociedade atual, não deslocando verdadeiramente as estruturas de poder, de modo a promover mudanças reais nas sociedades capitalistas.

Por fim, o artigo “Minha vida como estudante no mundo dos brancos”, de Nelly Duarte (2017), ocupa-se do subtópico **relato de experiência de vida**, no qual a autora, enquanto estudante indígena marubuco, descreve o percurso que a levou à universidade, bem como os obstáculos encontrados; Duarte ainda relata como a perspectiva dos parentes mudou com o seu ingresso na universidade. Tendo o artesanato marubuco como objeto de estudo, cursou bacharelado em antropologia na Universidade Federal do Amazonas de 2008 a 2014. No momento, cursa o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), sobre o mesmo tema. A autora aponta que novas famílias estão passando pelo mesmo que ela e a sua própria: ter um jovem estudante que vai para as cidades; esses novos casos, no entanto, não experienciam mais a mesma forma de “viver como a única da espécie no mundo, de não ver ninguém semelhante falando a sua língua”. Nas metrópoles de hoje, conclui Duarte, encontra-se um número maior de indígenas, ocasionando mais contato com indivíduos que se assemelham a eles.

Conclui-se que os resultados encontrados na análise dos dez textos demonstram a transversalidade da temática do racismo. Na terceira etapa desta análise serão discutidas as formas de expressão do racismo.

### **Formas de expressão do racismo**

Para além do que foi exposto, foram extraídas – nos materiais aqui relatados – práticas racistas, naturalizadas ao nível de não serem detectadas como racismo ou que por consequências da invisibilização histórica dos indígenas não se tornam evidentes. A primeira prática racista citada na literatura foi o genocídio, conforme o Dicionário de Política de Bobbio et al. (1998, p. 544) como:

Por genocídio entende-se qualquer um dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no seu todo, ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: a) Extermínio de membros do grupo. b) Atentado grave contra a integridade física ou mental dos membros do grupo. c) Submissão intencional do grupo a condições de existência tendentes a provocar sua destruição física, total ou parcial. d) Medidas tendentes a impedir os nascimentos no âmbito do grupo. e) Transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo.

O genocídio foi uma das primeiras violências perpetradas contra os povos originários, definido por muitos autores como uma “dominação pela espada” (Cardoso & Coimbra, 2019). Seu maior índice já verificado foi exercido durante o processo de colonização das terras brasileiras, ocasião em que os europeus promoveram a morte de milhões de indígenas por meio de violência física direta ou de guerra biológica, pela contaminação por doenças via contato direto com esses sujeitos (Cardoso & Coimbra, 2019). A perspectiva de superação do genocídio, para autores como Milanez et al. (2019), é inexistente. Ao se verificarem os entraves que esses povos enfrentam constantemente para sobrevivência em suas terras contra as invasões do agronegócio e dos garimpos, resultando em derramamento de sangue indígena, evidencia-se a continuidade da violência de espada.

Existem outras formas de destruição de uma civilização ou cultura, a exemplo do *etnocídio*. Essa forma de violência ocorre em contextos em que a cultura dos povos originários é extirpada ou há o impedimento de sua livre expressão. Por consequência, muitos povos foram obrigados a anular suas práticas religiosas para sobreviver durante o processo de colonização. Autores como Milanez et al. (2019), sugerem que esse processo foi analisado sob a visão de uma “assimilação plena através da miscigenação”. Contudo, os teóricos aqui analisados, partem da noção de transfiguração étnica de Darcy Ribeiro, em sua obra *os índios e a civilização*, em que o autor destaca:

Ribeiro assinalou que “de acordo com a visão quase unânime dos historiadores brasileiros e até mesmo dos antropólogos que estudaram o problema, esse enfrentamento teria como efeito a desaparecimento das tribos ou a sua absorção pela sociedade nacional” (Ribeiro, 1970, p. 8). O resultado esperado era a “assimilação plena, através da miscigenação” (Ibid., p. 8). Suas pesquisas revelaram o contrário: a maioria da população indígena foi exterminada, e os que sobreviveram permanecem indígenas “na autoidentificação”. O ideal da “assimilação plena”, miscigenação e democracia racial esperado pela Unesco, deu lugar ao que Ribeiro chamou na época de “transfiguração étnica” (Ibid., p.17) (Ribeiro, 1970 como citado em Milanez et al., p. 2166, 2019).

Atualmente é possível perceber o etnocídio quando há o impedimento das práticas culturais indígenas. Um exemplo palpável é quando removem esses povos de seus territórios e os colocam em situações insalubres, desvincilhando-os dos espaços familiares e interferindo em sua cosmovisão, contaminam suas terras e dificultam ou impedem suas práticas religiosas e seu modo de ser (Rabelo, 2010).

Além das violências supracitadas, outra expressão racista contra esses povos é o *epistemicídio*, que se refere ao estilhaçamento de saberes e pertencimentos, para controle e domínio. Parte do dispositivo racista produz a pobreza cultural para desqualificar os povos indígenas e seus saberes ancestrais, forjando uma noção de incapacidade e possibilitando a normalização, anulação e dizimação das diferenças que colocam em risco o sistema hierárquico existente. Em uma sociedade definida como democrática e de controle, mas que permanece disciplinar, esse é um dispositivo adotado para dominação individual e grupal, acoplada ao ideal colonial, e que necessita destruir ou remover zonas de pertencimentos e protagonismos (Cardoso & Coimbra, 2019).

Outro fator que merece destaque na literatura pesquisada é a *problemática territorial*, uma das maiores questões travadas por povos originários, desde o princípio, e que se interliga a diversos outros aspectos, já descritos aqui. Os povos originários defendem a importância da preservação ambiental e da biodiversidade, mas desde a colonização sofrem com um histórico de expropriação e espoliação (Gomes et al., 2020). Devido aos interesses do capital, suas terras foram tomadas para usufruto do agronegócio, isto porque as reservas ambientais sofrem cada vez mais com a exploração, refletindo no modo de ser e existir de povos indígenas.

Júnior e Passos (2014) afirmam que há uma racionalização e instrumentalização legal da violência, atendendo interesses capitalistas que são descritos como estratégicos, mas que vão de encontro à Constituição Federal. Tiram-lhes o direito a suas terras (no início pelos europeus que os tratavam como não cidadãos, crianças ou, até mesmo, sub-humanos), expropriando-se daqueles territórios e impondo seus modos de vida. Na atualidade, há continuidade dessa violência com intermináveis processos jurídicos de demarcação, negando o direito aos indígenas de participação nas tomadas de decisões, mesmo após seus direitos descritos nos artigos 231 e 232 da Constituição da República, em que ficou evidente ao analisar os índices demográficos, a diminuição dos territórios ocupados por povos indígenas nos últimos anos.

Outra forma de expressão do racismo é a *fossilização da cultura* indígena no imaginário dos demais grupos, que produz uma necessidade recorrente de confirmação da sua existência por parte dos povos indígenas. Essa é uma das formas mais comuns de racismo contra essa população, perceptível em diversos discursos e nos mais variados contextos e sujeitos. A fossilização da cultura, diz respeito à imagem de que a cultura indígena é imutável, estagnada no tempo. Milanez et al. (2019) exemplificam o fenômeno quando relatam que um indígena que é visto fazendo uso de tecnologias ou atividades como ser um escritor (que fogem à norma do imaginário social do que é “ser indígena”) recebe comentários que para muitos acreditam ser inocentes, mas estruturalmente são racistas, como “você não parece um índio”, ou sendo classificado como “ex-índio”. Outras expressões de racismo, por meio da fossilização, podem ser manifestadas quando pessoas não indígenas ao se depararem com indígenas em algum centro urbano não o reconhecem como indígena, a exemplo de situações em cartórios com recusa a registrar uma criança como indígena, ou em reuniões da Funai quando usam discursos para se referir aos indígenas como “autodenominados indígenas” (Milanez et al., 2019).

Todos os aspectos até aqui descritos são produtos dos povos indígenas serem invisibilizados, implicando a negação e fossilização da sua existência. Tais problemáticas quase não adentram nos debates sociais e acadêmicos. Exemplo nítido são as políticas públicas e de ações afirmativas que foram as últimas a serem pensadas e ainda estão enviesadas por uma perspectiva colonizadora. A esse respeito, Junior e Passos (2014) afirmam que os saberes, práticas e organizações sociais desses povos foram excluídos e silenciados pelo ideal colonial

Desse modo, a temática estudada mostra-se ainda pouco conhecida devido a sua negação. Como falar de racismo de povos que foram esquecidos? Os autores supracitados complementam o texto descrevendo que o Estado promove esse processo de violência e exclusão quando adota um padrão colonial e racista, ou um modelo desenvolvimentista que esquece e oprime formas de vidas diferentes da hegemonia. Suas vozes são negadas, reivindicações ignoradas, os colocam no espaço do não ser, de sub-humanos, reafirmam esse padrão de dominação, adotam uma forma racista de organização e estabelecimento de políticas públicas; tornando-se um modelo carregado de racismo, exclusão e violência (Junior & Passos, 2014.).

## Quadro 1

### Quadro de publicações em formato artigo para o estudo

Título	Autor(es) (Ano)	Área do conhecimento	Objetivo	Base de dados	Teorias/Conceitos
"Conflitos ambientais gerados pelo racismo ambiental no processo de implantação do Conselho Gestor da Rebio Serra Negra em Terras Indígenas, PE."	Josinês Barbosa Rabelo (2010)	Ciências Sociais (Cadernos de Estudos Sociais)	O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre os principais conflitos ambientais vivenciados pelos povos indígenas pipipã e kambiwá, decorrentes do processo de elaboração do Plano de Manejo e formação do Conselho Gestor da Reserva Biológica de Serra Negra, Pernambuco.	Periódicos Capes	Racismo ambiental
"Massacre e resistência kaiowá e guarani: interrogações às psicologias nos traçados do intolerável!"	Flávia Cristina Silveira Lemos & Dolores Cristina Gomes Galindo (2013)	Psicologia (Revista Psicologia, Ciência e Profissão)	Problematizar o acontecimento do massacre e a resistência dos povos indígenas kaiowá e guarani às práticas racistas de biopoder que são empreendidas, tendo em vista a garantia do território e da sua terra sagrada.	BVS-Psi	Biopoder (Michel Foucault)
O Brasil é um estado racista? Dois ou três apontamentos e algumas definições."	Geraldo Witeze Jr. & Aruanã Antônio dos Passos (2014)	História (Brasileira - Journal for Brazilian Studies)	Crítica aos modos de dominação contemporâneos, em particular na realidade brasileira e explorar a ideia de que o Brasil pode ser considerado um estado racista com relação aos povos indígenas.	Periódicos Capes	Colonialidade (E. Dussel e A. Quijano) e Racismo de Estado (H. Arendt)
"Minha vida como estudante no mundo dos brancos"	Nelly Duarte (2017)	Antropologia (Revista de Antropologia)	Relato de experiência para debater sobre a política de ação afirmativa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Periódicos Capes	Nenhum
"Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas"	Felipe Milanez, Lucia Sá, Ailton Krenak, Felipe Sotto Maior Cruz, Elisa Urbano Ramos e Genilson dos Santos de Jesus (taquary pataxó) (2019)	Interdisciplinar (Revista Direito e Práxis)	Discutir um dos aspectos mais invisibilizados do racismo no Brasil: o caso do racismo contra os povos indígenas. Discutir o vazio na literatura sobre o racismo contra indígenas e apresentar depoimentos e reflexões de caráter prático e teórico sobre racismo por parte de autores indígenas.	Scielo	Nenhum
"Banzeirar: fazendo ribeirinhar certas práticas ditas de cuidado"	Áurea Alves Cardoso e Cecília Maria Bouças Coimbra (2019)	Psicologia (Fractal: Revista de Psicologia)	Problematizar práticas ditas de cuidados presentes na área da psicologia que têm se aliado a lógicas repressoras, controladoras e punitivas – vide o contexto no qual foi regulamentada no Brasil.	BVS-Psi	Escrivência (Conceição Evaristo)
"Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais"	Daiane de Oliveira Gomes, Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão, Maria Zelma de Araújo Madeira. (2020)	Serviço Social (Revista Katálysis)	O objetivo deste artigo é contextualizar o cenário atual de crescimento do autoritarismo, de ataques aos direitos humanos e à democracia, tendo como eixo analítico e político a categoria raça. Interessa compreender a questão racial nas agendas das políticas públicas e dos direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais, e os efeitos perversos do projeto de colonialidade.	BVS-Psi	Nenhum

**Quadro 2**

*Quadro de publicações em formato teses e dissertações para o estudo*

<b>Título</b>	<b>Autor (Ano)</b>	<b>Área</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Técnicas e Instrumentos</b>
"A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo"	Elisângela Dias Barbosa (2010)	Língua Portuguesa	Investigar como os povos indígenas envolvidos na questão indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, foram tratados nas notícias da mídia escrita local e se há manifestações de racismo contra os indígenas.	Análise do discurso das mídias	Análise do <i>corpus</i> em três etapas, baseado no processo de transformação, transação da notícia de Charaudeau (Mundo a descrever/a comentar, mundo descrito/comentado e mundo interpretado).
"História, memória e exclusão: os xavante e as políticas nacionais de desenvolvimento em "Nova Xavantina– MT"	Natalia Araújo de Oliveira (2017)	Sociologia	Compreender a memória e a história de Nova Xavantina a partir de uma óptica que segrega o indígena, isto é, buscar entender como noções da memória local são mobilizadas a fim de justificar os discursos racistas empregados contra estes indígenas na cidade.	Estudo qualitativo	Entrevistas qualitativas (semiestruturadas, estruturadas e de grupo focal); questionário; observação; coleta documental; análise de conteúdo.
"Atitude étnico racial de universitários em relação a indígenas: contribuições da análise do comportamento"	Rivaíl Farias Santana (2020)	Psicologia	O objetivo desta pesquisa foi contribuir para o estudo do preconceito etnorracial sofrido pelos indígenas, sob uma perspectiva do comportamento simbólico e testar um procedimento baseado em MTS, visando à alteração de relações simbólicas de preconceito. Busca-se verificar através de medidas implícitas (IRAP) se a aplicação de uma intervenção para redução de preconceito etnorracial (MTS) causaria alteração nas medidas implícitas (IRAP).	Estudo experimental	Pesquisa experimental com estudantes universitários. Instrumentos: <i>Implicit Relational Assessment Procedure</i> [IRAP] e o <i>Matching-to-sample</i> [Emparelhamento com o Modelo ou simplesmente MTS].

### Conclusão

A presente revisão de escopo partiu da inquietação dos autores em analisar o fenômeno do racismo contra os povos indígenas do Brasil, focalizando em específico o que há na literatura acerca desse tema, desde primórdios até os dias atuais, verificando teorias que estudam as formas como o racismo opera em relação a esses povos, intersecções e ausências. Percebeu-se que pouco material foi recuperado nas buscas. Apesar de o tema ter adentrado nos debates acadêmicos e científicos, ainda é muito pouco pesquisado, o que se reflete na escassez de produções na literatura sobre o fenômeno do racismo contra os povos indígenas do Brasil. Essa é uma limitação desta revisão. Ela sinaliza a importância de realizar futuros estudos que analisem fenômenos que perpassam a realidade dos povos originários brasileiros. Em especial, estudos empíricos, que foi a maior ausência detectada, sendo localizado um único material com tais características.

Deve-se ressaltar, porém, que o método de coleta é passível de perda de dados. Durante a seleção das linhas de comando, atentou-se ao uso de variações linguísticas para se referir aos povos indígenas, usando termos mais antigos e ultrapassados como “índio”, além de termos atuais como “indígenas”; mas ainda há possibilidade de perdas, em que algum material não apresentasse os termos, não sendo incluído na análise. Os filtros de elegibilidade também impactaram a quantidade dos estudos selecionados, visto que ao se especificar o contexto brasileiro como foco do material, muitos materiais que explicam sobre a vivência de povos indígenas em outros países acabaram por não serem incluídos nesta revisão. Entretanto, interessa-nos a produção de material sobre a nossa realidade racista.

A pouca quantidade de material encontrado pode ser interpretada como um reflexo da presença do racismo contra esses povos. Como expresso, o racismo opera em diversos níveis. A baixa quantidade de materiais reflete a operação do fenômeno no nível institucional. A ciência no Brasil enquanto instituição estrutura-se em uma ideologia da branquitude que se reflete no espreitamento de publicações sobre a temática. Lemos e Galindo (2014) reforçam que o *outro* é considerado inferior, por ser diferente do eu, sendo predefinidas zonas de pertencimento e mobilidade dessas minorias. Dessa forma, a pouca visibilidade dos povos indígenas pela ciência nacional reproduz a invisibilização desses povos na nossa sociedade. Além disso, a quase ausência de autorias indígenas nas obras encontradas também reflete o racismo institucional contra esses povos, removendo não somente sua luta do debate como objetificando-os e inferiorizando-os ao falarem por eles (Cardoso & Coimbra, 2019).

Quanto aos níveis individual e cultural do racismo, verificou-se que a maior parte das obras tem como foco os indígenas em territórios originários, apenas uma obra teve como foco indígenas localizados na zona urbana. A cultura racista produz o estereótipo fossilizado do “ser indígena” como sujeitos remotos, distantes espacial e historicamente, vivendo em florestas (Milanez et al., 2019). Mas o que dizer dos indígenas urbanos? Aqueles que colaboram para quebrar parte dos estereótipos (racismo individual) dos indígenas, cristalizados em uma imagem simbólica desse grupo (racismo cultural). Levanta-se aqui um debate sobre quanto ainda a ciência permanece reproduzindo visões racistas contra esses povos.

Ao aprofundar as análises nas diversas áreas temáticas, notou-se uma variedade de perspectivas de análise, o que denota a grande transversalidade do assunto, passível de análise em diversos contextos e temas. Uma possível leitura positiva desses dados é a importância do olhar multidisciplinar no estudo do racismo contra povos indígenas, visto que está presente em diversos ambientes, desde a prática clínica até a análise histórica. Uma leitura menos positiva dessa diversidade analítica é a da pulverização de perspectivas com pouca integração temática e não desenvolvimento de linhas de investigação sistemática.

Cabe destacar a completa ausência, na busca empreendida, do estudo da temática em algumas áreas fundamentais, a exemplo do contexto educacional, em que se reproduzem ideias colonizadoras, a exemplo do ensino de história, que pode focar o processo de “descobrimento” e colonização do Brasil de forma acrítica, reproduzindo estereótipos dos indígenas. Evidencia-se, assim, a importância de aprofundar os debates sobre o racismo contra esses povos nos contextos sociais e acadêmicos, visto que o vírus racista transita por todos os eixos sem barreiras.

No que se refere à área de Psicologia Social, na qual se insere nossa análise, também há escassez, sendo possível localizar apenas três obras, o que sinaliza para a necessidade de mais discussão sobre a introdução dessa temática nas grades curriculares de formação dos psicólogos e de repensar as práticas; uma vez que as práticas psicológicas atuais podem exercer um caráter segregador e psicopatologizante, que perpetua o racismo contra esses povos. O melhor antídoto para superar essa limitação pode ser mergulhar na realidade dos povos indígenas (urbanos ou rurais), compreendendo sua visão de mundo e produzindo contrapoderes aos endereçamentos etnocêntricos (Lemos & Galindo, 2013).

Apesar de aspectos individuais do racismo, de acordo com o contexto e o povo que o sofre ou perpetra, aspectos comuns são evidentes, segundo as análises empreendidas. O racismo é descrito como produto do processo de colonização do território brasileiro e, com a escravidão, produziram as discriminatórias que estruturam a sociedade atual e suas instituições (Junior & Passos, 2014). Dessa forma, são detectadas violências que foram e ainda são exercidas contra os povos indígenas e que se caracterizam por serem formas de expressão do racismo. Tais formas partem dos meios mais sutis e naturalizados, a exemplo de ataques aos seus saberes (epistemocídio), impedimento de suas práticas (etnocídio), preconceitos, atos discriminatórios, desigualdades e invisibilização (Junior & Passos, 2014; Oliveira, 2017) para alcançarem a expressão mais flagrante de violência física extrema (genocídio). Essa realidade psicológica, social e histórica foi, por muito tempo, negada com base no discurso da inexistência de violências contra povos originários. Contudo, nas últimas décadas, os movimentos políticos indígenas e indigenistas lançaram nova luz a esse debate.

Conclui-se que os resultados encontrados confirmam a existência e continuidade do racismo contra os povos indígenas no Brasil, violência ainda naturalizada, que precisa vir à tona no debate social, para que se promovam ações também multiníveis de combate ao racismo. Salienta-se a importância de novos estudos e pesquisas, em especial as empíricas (maior lacuna detectada), para uma maior compreensão do racismo contra os povos indígenas, bem como a

ampliação de estudos para os mais diversos contextos em que este atua, possibilitando uma maior compreensão do fenômeno e, conseqüentemente, mais efetividade das políticas públicas antirracistas.

A continuidade e ampliação do debate e dos estudos sobre a temática viabilizam mudanças na estrutura social, permitindo culturalmente que estereótipos sejam alterados, institucionalmente que haja mais acesso e igualdade desses povos aos seus direitos e individualmente que preconceitos sejam revistos e superados. Para tanto, é primordial que os saberes desses povos cheguem e impactem o contexto acadêmico como conhecimentos também científicos. Dessa forma, a ciência não pactua com a perpetuação do silenciamento racista que nega os saberes indígenas (epistemicídio) e que perpetua sua invisibilidade.

### Referências

- Almeida, S (2019). *Racismo estrutural*. Pólen. [https://books.google.com.br/books?id=LyqsDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gb\\_s\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=LyqsDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)
- Barbosa, E. D. (2010). *A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://bdtd.ibict.br/vufind/>
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política I*. Editora UnB. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod\\_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf)
- Cardoso, A. A. & Coimbra, C. M. B. (2019). Banzeirar: fazendo ribeirinhar certas práticas de cuidado. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 185–194. [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29027](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29027)
- Cunha, M. C. (1992). *História dos Índios no Brasil*. Companhia das Letras.
- Duarte, N. (2017). Minha vida como estudante no mundo dos brancos. *Revista de Antropologia*, 60(1), 47–54. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132066>
- Ferreira, S. M. R., Retindario, A. & Tanikawa, L. (2021). Protocolo de revisão de escopo e revisão sistemática na área de alimentos. *Visão Acadêmica*, 22(2), 45–61. <http://dx.doi.org/10.5380/acd.v22i2.79568>
- Fundação Joaquim Nabuco (2021). *Rebio de Serra Negra*. <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/centro-integrado-de-estudos-georreferenciados-cieg/atlas-das-caatingas/rebio-de-serra-negra>
- Gomes, D. O., Madeira, M. Z. A. & Brandão, W. N. M. P. (2020). Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. *Revista Katálysis*, 23(2), 317–326. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p317>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Demográfico 2010: Características Gerais dos Indígenas Resultados do Universo*. Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=795&view=detalhes>
- Jesus, Z. R. (2011). Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo*. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234\\_ARQUIVO\\_PovosindigenasehistoriadiBrasil.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234_ARQUIVO_PovosindigenasehistoriadiBrasil.pdf)
- Junior, G. W., & dos Passos, A. A. (2014). O Brasil é um Estado racista? Dois ou três apontamentos e algumas definições. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, 3(1), 386–412. <https://doi.org/10.25160/bjbs.v3i1.15845>
- Lemos, F. C. S. & Galindo, D. C. G. (2013). Massacre e resistência: Kaiowá e Guarani: interrogações às Psico-logias nos traçados do intolerável. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 976–987. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400015>
- Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401–412. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Blücher. [https://www.blucher.com.br/psicologia-social-do-preconceito-e-do-racismo\\_9786555500127](https://www.blucher.com.br/psicologia-social-do-preconceito-e-do-racismo_9786555500127)
- Lima, M. E. O. (2023). Preconceito. In Torres, A. R. R. (Org.) *Psicologia social: temas e teorias*. Blücher. <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555502046-606/list#undefined>
- Maes, J. (2023, 28 de janeiro). Desmatamento por garimpo na terra indígena yanomami saltou 25% em 2022, aponta Inpe. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/01/desmatamento-por-garimpo-na-terra-indigena-yanomami-saltou-25-em-2022-aponta-inpe.shtml>
- Milanez, F., Sá, L., Krenak, A.; Cruz, F. S. M., Ramos, E. U. & Jesus, G. S. (2019). Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis* 10(3), 2161–2181. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>
- Oliveira, N. A. (2017). *História, memória e exclusão: os xavante e as políticas nacionais de desenvolvimento em Nova Xavantinha - MT*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.]. Porto Alegre. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

- Rabelo, J. B. (2010). *Conflitos ambientais gerados pelo racismo ambiental no processo de implantação do Conselho Gestor da Rebio Serra Negra em terras indígenas, PE*. Recife. <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1431>
- Santana, R. F. (2020). *Atitude étnico racial de universitários em relação a indígenas: contribuições da análise do comportamento*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados]. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4034>
- Souza, Jessé. (2021). *Como o racismo criou o Brasil. Estação Brasil*. [https://books.google.com.br/books?id=8So4EAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8So4EAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)
- Wieviorka, M. (1995). *The arena of racism*. London: Thousand Oaks, Calif. Sage Publications. [https://books.google.com.br/books/about/The\\_Arena\\_of\\_Racism.html?id=q\\_LtAAAMAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/The_Arena_of_Racism.html?id=q_LtAAAMAAJ&redir_esc=y)

**EQUIPE EDITORIAL****Editora-chefe**

Cristiane Silvestre de Paula

**Editores associados**

Alessandra Gotuzo Seabra

Ana Alexandra Caldas Osório

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

**Editores de seção****"Avaliação Psicológica"**

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Juliana Burges Sbicigo

Natália Becker

**"Psicologia e Educação"**

Alessandra Gotuzo Seabra

Carlo Schmidt

Regina Basso Zanon

**"Psicologia Social e Saúde das Populações"**

Enzo Banti Bissoli

Marina Xavier Carpena

**"Psicologia Clínica"**

Ana Alexandra Caldas Osório

Carolina Andrea Ziebold Jorquera

Julia Garcia Durand

**"Desenvolvimento Humano"**

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Rosane Lowenthal

**Suporte técnico**

Camila Fragoso Ribeiro

Fernanda Antônia Bernardes

Giovana Gatto Nogueira

**PRODUÇÃO EDITORIAL****Coordenação editorial**

Surane Chiliani Vellenich

**Preparação de originais**

Carolina Amaral (Caduá Editorial)

**Revisão**

Mônica de Aguiar Rocha

**Diagramação**

Acqua Estúdio Gráfico